



HUMAN
RIGHTS
WATCH

“O que é uma Casa sem Comida?”

O Boom da Mineração em Moçambique e o Reassentamento



SUMÁRIO E RECOMENDAÇÕES

“O que é uma Casa sem Comida?”

O Boom da Mineração em Moçambique e o Reassentamento

Fotografias por Samer Muscati / Human Rights Watch



Mulheres agricultoras num terreno agrícola estéril em Mwaladzi. O reassentamento para uma área com abastecimento de água limitada e fraca produtividade agrícola tem levado agricultores que já produziram a maioria de sua própria comida a tornarem-se dependentes em programas de assistência alimentar. Erica D. (no meio) disse: “Olhe para este solo. Você acha que isto é solo onde as pessoas podem crescer alguma coisa? Basta olhar para estas plantas secas. Você acha que milho pode vir destas pequenas plantas? Ele não cresce aqui.”



Eu costumava produzir mapira, suficiente para encher o armazém, provavelmente cerca de cinco ou seis sacos. Tínhamos uma cozinha cheia de milho. Nós só comprávamos comida quando havia algum problema, mas geralmente nós não tínhamos que o fazer.

A terra agrícola que recebemos [depois do reassentamento] é vermelha e não preta como tínhamos antes. Tentei cultivar milho e morreu. A mapira também falhou.

A nova casa é apenas uma casa. Eu não estou muito satisfeita. O que eu posso dizer é, o que é uma casa sem comida? Eu não posso comer a minha casa.

—MARIA C., AGRICULTORA REASSENTADA,
MWALADZI, ALDEIA DE REASSENTAMENTO DA
RIO TINTO, 05 DE OUTUBRO DE 2012



Uma onda de investimento estrangeiro ligada aos recursos naturais em Moçambique, incluindo grandes reservas de carvão e gás natural offshore, promete novas possibilidades económicas para o país que durante muito tempo foi classificado como um dos mais pobres do mundo. As empresas multinacionais de mineração e de gás têm investido biliões de dólares em Moçambique nos últimos dez anos e o governo estima que vai atrair ainda cinquenta biliões de dólares de investimento adicional na próxima década. O crescimento

explosivo do sector mineiro, sem salvaguardas adequadas, pode levar à violação dos direitos humanos e a uma perda de oportunidades para reduzir a pobreza generalizada.

Na Província de Tete, conhecida pelo seu potencial rico em carvão, as comunidades locais foram deslocadas e reassentadas de 2009-2011 devido às operações ligadas ao carvão pelas empresas Vale e Rio Tinto e estas têm enfrentado distúrbios significativos e persistentes ligados ao acesso a



alimentos, água e trabalho. Muitas das famílias, praticantes de agricultura que anteriormente viviam ao longo do rio, podiam andar até aos mercados na capital do distrito de Moatize e estas consideravam-se auto-suficientes. Estas vivem a cerca de 40 km de distância, em terras agrícolas de qualidade profundamente desigual, fornecimento não fiável de água e acesso reduzido às principais fontes de rendimento não-agrícola. Muitos dos agregados familiares reassentados sofreram períodos de insegurança alimentar,

A operação de mineração de carvão “Benga” da Rio Tinto, na província de Tete, no centro de Moçambique. Árida, rica em carvão, Tete tem estado no epicentro de um boom de mineração de carvão que tem atraído milhares de milhões de dólares em investimento estrangeiro. Sem salvaguardas adequadas, este boom também apresenta riscos graves aos direitos humanos

ou quando possível, de dependência em relação à assistência alimentar financiada pelas empresas responsáveis pelo reassentamento.

Deficiências graves tanto na política do governo como na fiscalização e na implementação feita pelas empresas privadas, levaram à deslocação das comunidades para estes locais. Houve também falta de comunicação entre o governo e as empresas de mineração com as comunidades reassentadas, bem como a falta de mecanismos acessíveis e de resposta relativos à participação na tomada de decisão, expressão de queixas e obtenção de soluções para as reclamações e injustiças. Frustrados pela falta de resposta a esta situação, aproximadamente 500 residentes da aldeia de reassentamento da Vale em Cateme, protestaram no dia 10 de Janeiro de 2012, bloqueando a linha férrea que liga a mina de carvão da Vale ao porto da Beira. Esta demonstração, e uma resposta violenta por parte da polícia local, que agrediu vários manifestantes, permitiram o escrutínio nacional relativo aos problemas em Cateme e noutros locais onde for necessário o reassentamento.

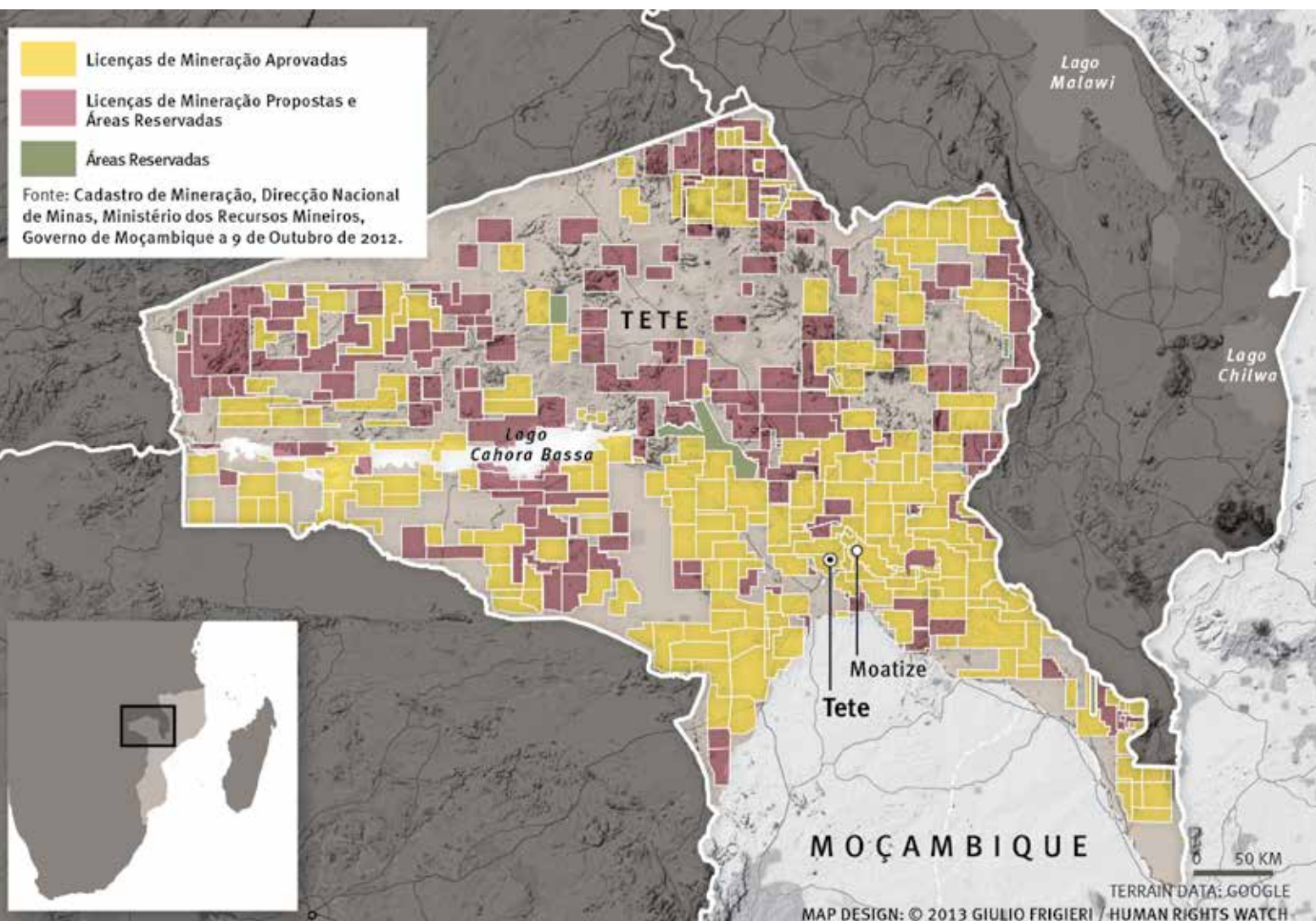
A Província de Tete, no centro de Moçambique, abriga cerca de 23 biliões de toneladas de reservas de carvão, que têm atraído investimentos de todo o mundo. A velocidade do Governo de Moçambique na aprovação de mega-projectos ultrapassou o desenvolvimento e a implementação de salvaguardas adequadas para proteger os direitos das comunidades afectadas. Embora o reassentamento das comunidades locais tenha sido feito de modo a dar lugar às minas de carvão desde 2009, o governo não tinha regulamentação específica relativa ao reassentamento até Agosto de 2012.

De acordo com a informação do Governo Moçambicano relativo ao Cadastro Mineiro em Outubro de 2012, o governo aprovou pelo menos 245 concessões mineiras e licenças de exploração na província de Tete, cobrindo aproximadamente 3.4 milhões de hectares ou 34 por cento de toda a sua área.

Uma linha férrea utilizada para transportar os carregamentos de carvão da Vale da sua mina em Moatize ao porto da Beira. A 10 de Janeiro de 2012, cerca de 500 pessoas fizeram uma manifestação e bloquearam a linha férrea. Profundamente frustrados e preocupados com as suas condições de vida, desde o reassentamento em 2010, os residentes de Cateme protestaram contra a Vale e os funcionários do governo local, exigindo uma resposta às suas preocupações sobre a terra, casas, água, transporte e oportunidades de emprego.



Licenças de Mineração na Província de Tete, Moçambique



A mineração de carvão é responsável por cerca de um terço da área acima mencionada. Num contexto que engloba todas as aplicações para licenças que pendem aprovação, a proporção de terra envolvida aumenta aproximadamente para 6 milhões de hectares ou aproximadamente 60 por cento de toda a área da província de Tete. Tem havido pouca gestão ou planeamento em torno dos impactos cumulativos dos projectos de mineração, e a grande concentração de terra destinadas a licenças de exploração mineira na província de Tete têm limitado profundamente a disponibilidade de áreas para se fazer o reassentamento adequado das comunidades deslocadas pelas operações de mineração.

As primeiras empresas que estiveram envolvidas desde o princípio nas operações de mineração de carvão incluem duas das três maiores empresas envolvidas em mineração a nível mundial: Vale, uma empresa brasileira, e a Rio Tinto,

Este mapa é baseado nos dados do Registo Mineiro do governo Moçambicano a Outubro de 2012 e não reflecte nenhuma licença nova, expirada ou cancelada desde então. Poderão haver licenças adicionais não reflectidas neste mapa devido a lacunas nos dados obtidos. Nem toda a actividade de exploração leva à descoberta de depósitos comercialmente viáveis e ao desenvolvimento de minas, portanto este mapa não implica que todas as áreas sombreadas serão eventualmente cobertas por operações de mineração. Mas o número e a localização lotada das concessões contribuem para problemas que envolvem o reassentamento das comunidades locais, a gestão dos recursos hídricos e conflitos sobre reivindicações do uso da terra.

uma empresa anglo-australiana que adquiriu a empresa australiana Riversdale e as suas participações na Província de Tete, em 2011. Jindal Steel and Power Limited, uma empresa Indiana e Beacon Hill Resources, uma empresa Britânica, também começaram a mineração de carvão em 2012. Várias outras empresas e parcerias ainda estão em fases de prospecção ou desenvolvimento.

O desenvolvimento, promovido pela Vale e Rio Tinto, de minas a céu aberto de carvão, vias de acesso e infra-estruturas relacionadas deslocou milhares de pessoas das comunidades locais, principalmente agricultores de subsistência. Entre 2009 e 2010, a Vale reassentou 1365 agregados familiares para uma aldeia construída recentemente, Cateme, e para um bairro urbano denominado 25 de Setembro. A Rio Tinto e a Riversdale reassentaram 84 agregados familiares para uma aldeia construída recentemente, Mwaladzi, em 2011. A Rio Tinto tem planos de reassentar 595 agregados familiares adicionais para Mwaladzi até Maio de 2013 e para as áreas urbanas próximas da capital do distrito de Moatize. A Jindal Steel and Power Limited tem planos para reassentar 484 agregados familiares quando o Governo aprovar o local escolhido e os planos de deslocamento. Estes irão compensar mais de mil agregados familiares adicionais que irão perder as suas terras ou outros bens.

A Human Rights Watch, através de entrevistas com 79 membros da comunidade que foram reassentados ou a serem reassentados em breve e 50 oficiais do governo, representantes das empresas, activistas da sociedade civil e doadores internacionais, investigou os impactos sobre os direitos humanos ligados ao reassentamento e a resposta do governo de Moçambique, da Vale e da Rio Tinto. A nossa pesquisa mostra que o reassentamento, em particular o fornecimento de terras agrícolas de baixa qualidade e acesso a água incerto, tem impactos negativos na qualidade de vida dos membros da comunidade, incluindo nos direitos à alimentação, água e trabalho.

As pessoas que foram deslocadas para a aldeia de reassentamento Cateme da Vale e para a aldeia de reassentamento de Mwaladzi da Rio Tinto sofreram uma grande perturbação em relação aos seus meios de subsistência e continuam a lutar para restabelecer a sua auto-suficiência. A Human Rights Watch entrevistou agricultores de Maio a Outubro de 2010, que nos mostraram as suas terras áridas e os seus armazéns de comida vazios e disseram ainda que as áreas de cultivo que lhes foram fornecidas como compensação são pouco produtivas, inadequadas para o cultivo das suas culturas básicas de milho e mapira, e incapazes de suportar a segunda colheita típica de vegetais. Por outro lado, vários agricultores que aguardam o reassentamento para Mwaladzi mas que ainda se encontram nas suas aldeias originais obtiveram uma rica produção de vegetais nas suas parcelas ao longo do rio Ruvubó.





Malosa C. e a sua família fora do seu novo lar em Mwaladzi, em frente do seu armazém de milho vazio. As pessoas reassentadas para Mwaladzi contaram à Human Rights Watch que eles sofreram um grande choque e ruptura dos seus meios de subsistência e ainda estão a lutar para restabelecer a sua auto-suficiência. Funcionários da empresa de mineração têm reconhecido a pouca qualidade da terra e a falta de acesso a água na nova comunidade. O governo concedeu tanta terra para licenças de exploração mineira na província de Tete que existem poucas opções de áreas de reassentamento viáveis.



Atilia M. e o seu filho colhem vegetais num terreno ao longo do rio Revuboé perto da sua aldeia, Capanga, antes do reassentamento. Eles crescem cebolas, tomates, batatas doces, e outros vegetais. As famílias já reassentadas em Mwaladzi não têm acesso a um rio e têm lutado para cultivar alimentos básicos ou vegetais na sua nova localização.



Zos B. colhe uma variedade de legumes perto do solo naturalmente irrigado das margens do rio Revuboê. Ela e os seus vizinhos disseram que dependem do rio para regar o seu gado e agricultura bem sucedida e estão preocupados com o reassentamento de Mwaladzi, que não tem o rio por perto.



(topo) Matilde, J., mãe de três crianças pequenas de Cassoca disse, “Eu acho que vamos sofrer. Estamos a mudar-nos para um sítio sem ouro. Nós estamos a ir contra a nossa vontade.”

(fundo) Uma mulher de Cassoca mostra uma pepita de ouro garimpado nesse dia por um membro da sua família que iria ganhar uma renda suficiente para cobrir as despesas de um mês. Os moradores de Cassoca expressaram a preocupação de que uma vez que eles fossem reassentados, eles perderiam o acesso ao garimpo de ouro, que é uma importante fonte de rendimento secundária para a comunidade.





Mulheres a extraír ouro em Cassoca, uma aldeia destinada para reassentamento para abrir caminho para as operações de mineração da Jindal Steel and Power Limited. Todos os moradores de Cassoca que a Human Rights Watch entrevistou disseram que actualmente complementavam a sua renda com a extração de ouro e a venda de frutas.



Crianças a nadarem no rio Revuboé. Antes do reassentamento, muitos residentes contavam com a proximidade do rio não só para a agricultura, mas também para tomar banho, lavar roupa e socializar. Ana Maria B., uma mulher quase a ser reassentada para a vila de reassentamento da Rio Tinto, Mwaladzi, disse, “Desde que eu nasci, eu tenho tomado banhos aqui no rio. Eu tenho lavado as minhas roupas aquiAté as minhas crianças cresceram aqui neste rio. Elas sabem como nadar. Onde vamos vão dar-nos água em recipientes pequenos. Eu não estou habituada a esse tipo de coisa.”





A Vale instalou bombas de água em Cateme para suprir a falta de fontes de água naturais na área e reduzir a quantidade de tempo que se passava a recolher água. Mas, nos dois primeiros anos após o reassentamento, as bombas, por vezes, caíam em desuso e os domicílios tinham quantidades insuficientes de água.

Os representantes da Vale reconheceram que a terra nos locais de reassentamento é árida e que requer irrigação de modo a melhorar a fertilidade e a Rio Tinto através de uma comunicação dirigida à Human Rights Watch observou que estavam “cientes que a capacidade de carga da terra em Mwaladzi é marginal sem a implementação de esquemas de irrigação”. Embora a Vale e a Rio Tinto tenham implementado o reassentamento das comunidades deslocadas através das suas operações, o governo de Moçambique é responsável pela aprovação e atribuição de locais de reassentamento, bem como pela monitorização do resultado.

A escolha dos locais de reassentamento também teve impactos negativos sobre o acesso aos meios de subsistência não-agrícola dos agregados familiares reassentados. Cateme e Mwaladzi encontram-se localizados aproximadamente a 40 km dos mercados na capital do distrito de Moatize, enquanto que antes do reassentamento, as comunidades estavam a poucos km de distância. O aumento da distância, opções de transporte limitadas, e a escassez de embondeiros, um recurso amplamente utilizado nas suas aldeias de origem, reduziu a capacidade das comunidades de vender lenha, carvão e frutos silvestres, actividades que eram praticadas por muitos quando a escassez de chuva afectava as colheitas ou quando precisavam de rendimento em dinheiro. Os empregos gerados pela Vale e pela Rio Tinto, durante a fase de construção e disponíveis para o reassentamento de indivíduos, eram maioritariamente contractos a curto prazo que já terminaram.



Para agravar os seus problemas com os meios de subsistência, os agregados familiares reassentados em Cateme e Mwaladzi tiveram problemas sérios com a disponibilidade e acessibilidade de água para uso doméstico e agrícola. No período inicial após o reassentamento, as bombas de água em mau estado ou que deixaram de funcionar devido à falta de energia eléctrica exacerbaram problemas gerais relativos à disponibilidade de água. Os agregados familiares em Mwaladzi, às vezes, dependiam de água a ser entregue através de camiões e houve casos relatados de falta de água durante três dias. Para os que vivem perto dos rios Zambeze ou Revuboe, os problemas de água nos locais de reassentamento representaram uma deterioração significativa na qualidade de vida para muitas famílias.

A Vale concebeu a aldeia de reassentamento urbano 25 de Setembro para as famílias que dependiam principalmente

Joia B., 27 anos, a fazer tijolos em Mwaladzi em troca de pacotes de comida financiados pela Rio Tinto. “Os nossos campos não estão a produzir nada.... Nós temos casas, mas não temos comida.”

de meios de subsistência não-agrícola. As pessoas que optaram pelo deslocamento para 25 de Setembro não receberam novas terras para cultivo como parte do seu pacote de compensação, mesmo que tivessem cultivado anteriormente. A Human Rights Watch falou com os residentes reassentados que sofreram com a transição de terem tanto rendimento em dinheiro como parcelas de terra para apenas ganharem dinheiro para sustentar as suas famílias. Estes indivíduos e famílias enfrentaram novos custos relativos ao pagamento de alimentos e despesas não antecipadas, tais como o pagamento de água canalizada, que a maioria obtinha a partir de um rio localizado na proximidade, tubos ou poços sem nenhum custo.



Na área de reassentamento “urbano” de 25 de Setembro, várias famílias chefiadas por mulheres vivem nas cozinhas das casas que lhes foram fornecidas e alugam a parte principal da casa para comprar comida. Os moradores não receberam terras como haviam esperado para ganharem a vida de outras maneiras. Fátima S. disse que ela e os seus seis filhos vivem e dormem nos pequenos cantos da sua cozinha.

Os agregados familiares chefiados por mulheres encontravam-se muitas vezes em situações económicas particularmente precárias, incluindo mulheres idosas e mães solteiras que se mudaram para 25 de Setembro, principalmente para estarem perto dos seus familiares ou dos serviços de saúde, e não pelo facto de elas puderem contar com empregos em zonas urbanas.

A Human Rights Watch entrevistou seis mulheres e ouviu relatos de agregados familiares adicionais em 25 de Setembro,

que optaram por viver nas suas cozinhas, por vezes com até seis filhos, e alugaram as suas casas provenientes do pacote de compensação, a fim de ganharem dinheiro suficiente para comprar alimentos e água.

A provisão de educação e infra-estruturas de saúde em Cateme tem procedido de forma suave. A Vale financiou uma escola primária nova, uma escola secundária residencial e um centro de saúde. Devido aos atrasos no calendário do reassentamento, os residentes da aldeia de reassentamento de Mwaladzi da Rio Tinto, geralmente viajam para Cateme para o centro de saúde e para a escola primária. O transporte limitado, especialmente à noite e aos fins-de-semana, fez com que várias mulheres e meninas em Mwaladzi tivessem os partos em casa em 2011 e 2012, ao invés de no centro de saúde com profissionais qualificados. As aldeias originais encontravam-se localizadas perto do hospital distrital com opções de transporte em Moatize.



Uma das queixas principais é em relação à qualidade da habitação. Nos locais de reassentamento de Cateme e 25 de Setembro da Vale, onde novas habitações de cimento com telhados de zinco foram planeadas como uma melhoria em relação às casas de madeira em que muitos viviam anteriormente, a má construção criou rachas nas paredes e infiltrações pesadas quando chovia. Durante o processo de construção inicial, a Vale também fez alterações à concepção das casas que tinha sido inicialmente acordada sem a devida consulta e comunicação com as comunidades reassentadas e acabou por construir estas casas sem as fundações necessárias.

Uma análise detalhada dos impactos ambientais está para além do âmbito deste relatório, no entanto, a mineração de carvão é amplamente reconhecida como uma das formas mais perigosas de extracção de recursos naturais para a saúde humana e para o meio ambiente.

Os pacotes de compensação para as famílias reassentadas incluíam uma nova casa feita com tijolos, cimento, um telhado de zinco e estruturas separadas para a cozinha, casa de banho e armazém para as colheitas. A construção de má qualidade feita pela empresa contractada pela Vale em Cateme levou a rachaduras nas paredes de muitas casas e vazamentos, tanto do tecto como do chão quando chovia.

No caso das minas de carvão a céu aberto, estes incluem a poluição do ar, poluição da água, degradação do solo, os impactos sociais e as emissões de carbono que contribuem para as mudanças climáticas. Os Estudos de Impacto Ambiental elaborados pela Vale e Riversdale, notam a proximidade das minas de carvão com os assentamentos populacionais de Moatize e da cidade de Tete, bem como os rios Zambeze e Revuboe, aumentando o risco dos impactos negativos, em particular no caso de falhas relativas à mitigação.



Durante a fase inicial de construção, a Vale mudou o design acordado das casas novas para um modelo sem base para acelerar a construção. Após queixas das famílias reassentadas, a Vale começou a reparar todas as casas em Cateme e 25 de Setembro em 2012, incluindo a adição de uma fundação.

* * *

O Governo Moçambicano tem obrigações sob a constituição nacional e a lei internacional dos direitos humanos para proteger uma variedade de direitos, tal como à alimentação, água, trabalho, habitação e saúde. Estas obrigações exigem que o governo evite quaisquer medidas regressivas deliberadas que interfiram com o usufruimento destes direitos e de tomar medidas para promover a sua realização progressiva. Para Moçambique, isto significa coordenar a gestão das indústrias extractivas com estratégias de redução da pobreza, fortalecendo as protecções para as pessoas reassentadas devido aos projectos de mineração e fornecendo remediações justas e oportunas para aqueles que foram afectados negativamente.

As empresas privadas são obrigadas a respeitar estes direitos, inclusivé por meio de devida diligência para prevenir violações de direitos humanos através das suas operações e mitigá-los no caso de esta situação ocorrer.

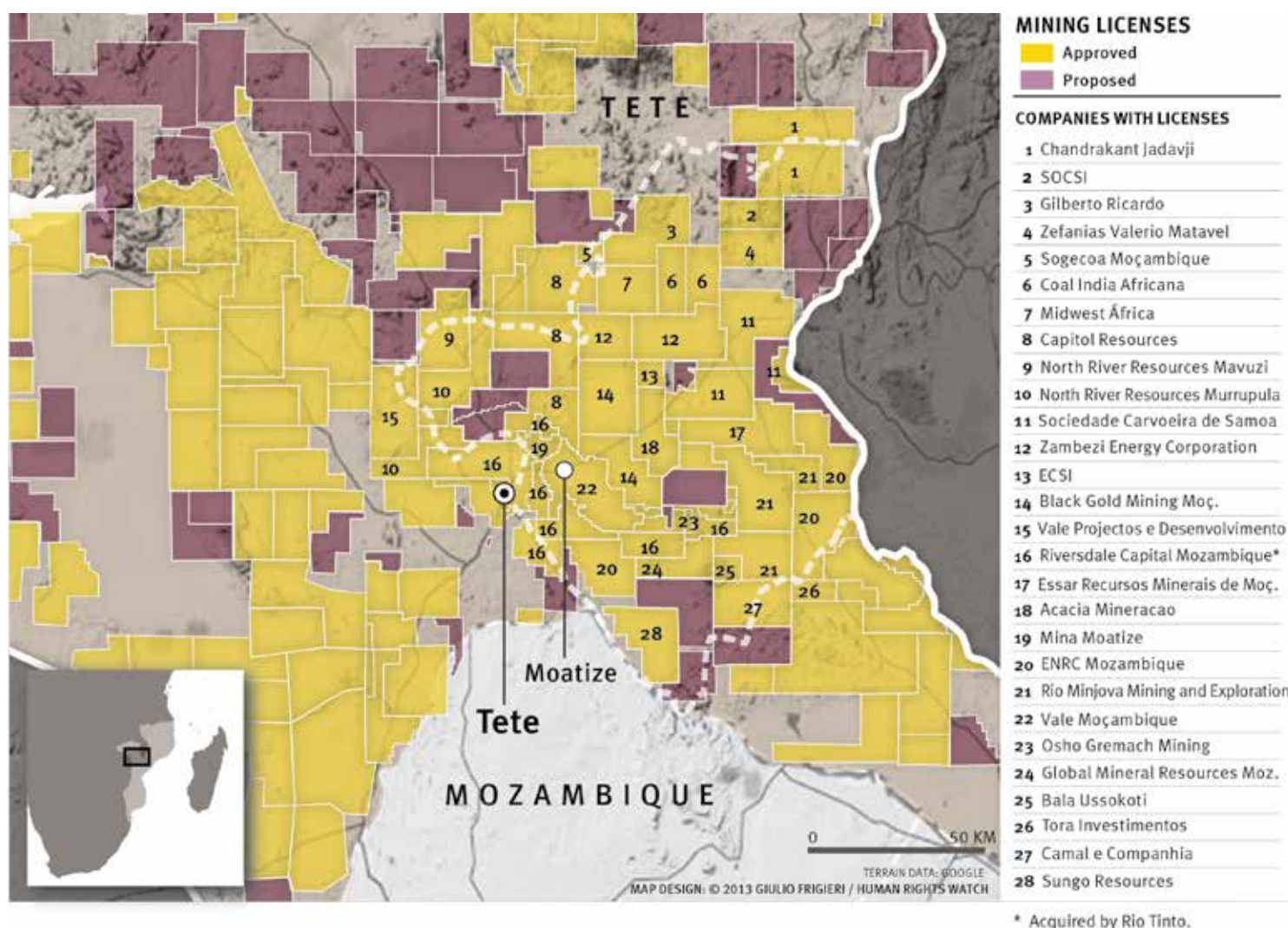
Tanto a Vale como a Rio Tinto assumiram compromissos públicos e privados para melhorar o padrão de vida das comunidades reassentadas. No início de 2013, ambos tinham implementado projectos para melhorar o abastecimento e armazenamento de água para uso doméstico e procuravam maneiras de melhorar a disponibilidade de água para o gado e uso agrícola.

Em Julho de 2012, a Vale assinou um memorando de entendimento com o governador da Província de Tete para realizar reparos e adicionar fundações em todas as casas construídas, aumentar as oportunidades de capacitação e fornecer dez árvores frutíferas para cada família em Cateme e 25 de Setembro.

Apesar destas melhorias, o fornecimento da prometida compensação e melhorias na infra-estrutura, incluindo a substituição das terras agrícolas, abastecimento de água adequada, infra-estrutura ligadas à saúde e restauração de meios de subsistência, foram adiadas por alguns meses e, em alguns casos, anos. De acordo com as normas internacionais, as pessoas reassentadas têm o direito à sua compensação, incluindo o acesso a serviços, que devem estar estabelecidos no momento do reassentamento.

Pelo menos 83 famílias em Cateme não tiveram acesso à terra porque as suas parcelas de terra tinham muita pedra ou foram recuperadas pelos seus usuários originais. Em Abril de 2013, a compensação alternativa a esta terra ainda estava a ser negociada, mas a Vale afirmou que ainda não tinha fornecido aos agregados familiares qualquer compensação adicional ou assistência para as suas dificuldades extras nos três anos desde tinham sido reassentados.

Empresas com Licenças de Mineração no Distrito de Moatize, Província de Tete



Em Abril de 2013, todos os agregados familiares reassentados em Cateme ainda estavam à espera que o governo provincial alocasse um segundo hectare de terra agrícola prometida no pacote de compensação original, em 2009. Uma segunda parcela de terra—se fértil—pode aliviar significativamente os problemas das comunidades reassentadas em restaurar os seus meios de subsistência e acesso a comida. A dificuldade em encontrar terra adequada é particularmente acentuada no distrito de Moatize, onde cerca de 80 por cento da terra foi designada para concessões de mineração e licenças de exploração. No momento da formalização por escrito, os funcionários da Vale disseram à Human Rights Watch que o governo decidiu alterar os termos do pacote de compensação e que a Vale devia fornecer dinheiro em vez do segundo hectare da terra prometida aos agregados familiares reassentados em Cateme. Essa mudança suscita uma série de questões, incluindo a sustentabilidade a longo

Este mapa é baseado nos dados do Registo Mineiro do governo Moçambicano a Outubro de 2012 e não reflecte nenhuma licença nova, expirada ou cancelada desde então. A bacia de carvão do distrito de Moatize tem sido um grande foco do interesse de investidores.

prazo da compensação financeira se esta não for investida em activos produtivos.

Soluções a curto prazo incluíram a distribuição de pacotes de alimentos para os moradores de Cateme e Mwaladzi e organização de programas de comida-por-trabalho intermitentes através de uma agência do governo. A Vale providenciou embalagens de alimentos como compensação pelas perturbações causadas nas colheitas em 2009 e 2010, apesar das dificuldades que muitos agregados familiares enfrentaram para cultivar alimentos adequados ou ganhar dinheiro para comprar comida, estes não forneceram



Ernesto M. a conduzir a sua moto ao fim do dia da sua casa em Capanga, onde viveu por 35 anos. Alguns dos seus vizinhos foram reassentados um ano antes, mas ele não sabe quando a sua família será deslocada. A falta de informação sobre as mudanças no cronograma de reassentamento levou a incertezas sobre investir em reparos críticos da sua moradia ou trabalhar na sua quinta. “Eles disseram-nos que mudaríamos este mês mas até agora eu ainda não recebi nenhuma informação. Eu estou preocupado, eu não reparei o telhado e se a chuva começar a minha situação será má.”

assistência alimentar adicional até Março de 2012. De forma semelhante, a Rio Tinto forneceu somente três meses de assistência alimentar logo após o reassentamento, e só em Setembro de 2012, é que iniciou o fornecimento de assistência alimentar adicional. A falta de informação sobre o tempo e a duração da assistência alimentar tem contribuído para a geração de uma certa ansiedade nos agregados familiares

reassentados em relação à sua segurança alimentar e auto-suficiência.

Após um reconhecimento crescente dos problemas ligados à subsistência dos agregados familiares reassentados, a Vale e Rio Tinto já iniciaram projectos como a formação de cooperativas de frangos, incentivaram as pessoas a cultivar novas culturas de rendimento em vez de seus alimentos básicos e exploraram soluções tecnológicas complexas para o problema endêmico de água, com propostas que vão desde a construção de uma barragem de captação de água até à canalização de água do rio Zambeze, que está localizado cerca de 60 km de distância. Os agregados familiares reassentados em Cateme e Mwaladzi podem beneficiar destas iniciativas, mas estas estão agora também dependentes de projectos de “desenvolvimento” que podem levar anos para se concretizar.

Funcionários do governo local, provincial e central reconheceram que cometeram alguns erros em relação ao reassentamento, embora admitam ter aprendido com a experiência e que isto irá evitar problemas semelhantes no futuro. Em relação à potencial culpa por parte da Vale e da Rio Tinto atribuída aos vários problemas, o governo admite que poderia ter desempenhado um papel mais forte como mediador. Neste momento, existe uma exigência para a presença de um representante do governo durante as reuniões entre as comunidades e as empresas. Embora esta prática possa potencialmente desempenhar um papel protector durante as negociações e resolução de conflitos, esta tem impedido a comunicação mais regular entre as empresas e as comunidades, diminuindo o número de pessoas que participa nas reuniões e acções resultantes para resolver as reclamações.

As autoridades distritais também instruíram os líderes comunitários das zonas reassentadas para não falarem com activistas da sociedade civil, jornalistas, e outros órgãos, a menos que estes tenham obtido uma aprovação prévia e “credenciais” adequadas do administrador do distrito. Esta medida impediu agências internacionais, como o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), de realizar pesquisa e implantação de programas nas aldeias reassentadas. Estas acções prejudicam o direito à liberdade de expressão.

O governo esforçou-se para instituir um quadro regulamentar mais abrangente, que deveria ter sido realizado antes do desenvolvimento de mega-projectos e reassentamentos. No dia 8 de Agosto de 2012, o Conselho de Ministros de Moçambique aprovou um novo decreto que regula o reassentamento devido aos projectos económicos. O decreto ajuda a preencher uma lacuna crítica e estabelece os requisitos básicos de habitação e infra-estrutura social. No entanto, o governo não consultou adequadamente o público, a sociedade civil, o sector privado e os doadores internacionais durante a sua elaboração, e a versão final está aquém de fornecer protecções críticas relacionadas, por exemplo, com a qualidade da terra, meios de subsistência, acesso a cuidados de saúde e mecanismos de reclamação. O decreto não estabelece normas claras para o acesso ao abastecimento de água, tempo ou prazos ligados aos movimentos para evitar interrupções no ciclo de cultivo e assistência técnica para aqueles que têm de se adaptar ou mudar as suas condições de vida.

O governo tem procurado progressivamente várias outras medidas para gerir a indústria extractiva e o seu impacto na economia. Isto inclui a revisão da legislação de mineração, por exemplo, para exigir a publicação dos novos contratos e a revisão do seu regime fiscal para incluir políticas fiscais mais favoráveis ao governo. A Lei do Orçamento de 2013 requer 2,75 por cento das receitas de gás e mineração a serem

reservadas para projectos de desenvolvimento comunitário para as populações directamente afectadas. Moçambique tornou-se também um membro cumpridor da Iniciativa de Transparência nas Indústrias Extractivas internacionais (EITI), uma iniciativa voluntária que visa o aumento da transparência das receitas através da verificação e divulgação das receitas pagas aos governos dos países membros por empresas envolvidas na indústria extractiva.

Estas são medidas positivas para o qual o governo merece crédito, mas são medidas que ainda precisam de ser executadas. Por exemplo, as comunidades afectadas por grandes projectos precisam estar cientes dos seus direitos legais e devem ser capazes de participar de forma significativa na tomada de decisões em todas as fases de reassentamento. O planeamento integrado para coordenar os impactos económicos, sociais e ambientais cumulativos do boom de recursos naturais e dos esforços nacionais de redução da pobreza continua fraco. E existe pouca transparência em relação à forma como as receitas do sector de mineração e gás são usadas.

Moçambique está numa encruzilhada. O aumento das receitas ligado a um planeamento minucioso e mecanismos de controlo e equilíbrio têm o potencial para fazer contribuições significativas para a realização progressiva dos direitos económicos, sociais e culturais protegidos internacionalmente. Mas sem transparência, a boa governação, que incluem canais para reclamações e recursos e planos para o crescimento inclusivo, fazem com que os grandes investimentos estrangeiros em recursos naturais possam facilmente traduzir-se em enormes lucros para alguns e impactos prejudiciais para as comunidades locais mais directamente afectadas.

Os projectos da Vale e da Rio Tinto, na província de Tete, são apenas os primeiros de muitos grandes projectos e reassentamentos que irão ocorrer em Moçambique ao longo das próximas décadas, tornando de importância vital as lições aprendidas com os projectos actuais. Novos reassentamentos, incluindo os previstos pelas Jindal Steel and Power Limited e Rio Tinto irão proporcionar um importante teste em relação à eficácia da evolução das salvaguardas. As seguintes recomendações destacam os principais passos que o governo Moçambicano e as empresas de mineração devem tomar para remediar a situação das comunidades já reassentadas, e para fortalecer as protecções dos projectos futuros.

RECOMENDAÇÕES

PARA O GOVERNO DE MOÇAMBIQUE

O governador da província de Tete, em coordenação com as autoridades centrais, provinciais e locais relevantes, deve trabalhar com as comunidades reassentadas, da Vale e da Rio Tinto de modo a proporcionar assistência imediata e medidas a longo prazo para remediar as violações dos direitos das pessoas reassentadas, e assegurar o usufruimento dos direitos económicos, sociais e culturais importantes. Estas incluem:

- Garantir que cada agregado familiar reassentado em Cateme e Mwaladzi tem os dois hectares de terra limpa prometidos, antes da próxima campanha agrícola, que cumpra os critérios de fertilidade adequada, acesso à água, capacidade de cultivar as suas culturas básicas e localização a uma distância razoável:
 - Alocar um segundo hectare de terra que foi prometido aos residentes de Cateme como parte do seu pacote de compensação. A provisão de uma compensação financeira ao invés do hectare de terra, deve ser feito de maneira a promover a capacidade produtiva e auto-suficiência económica, como por exemplo apoio a um processo de indemnização assistida em que a Vale e o governo ajudam as pessoas reassentadas a identificar e adquirir uma parcela de terra adequada ou a investir em outros activos produtivos.
 - Priorizar a conclusão dos projectos ligados à água sustentável e irrigação para melhorar a fertilidade da terra nos locais de reassentamento.
- Designar e aderir a um tempo razoável para implementar medidas que necessitam da aprovação e da acção do governo, incluindo através da revisão e actualização dos Planos de Acção de Reassentamento correntes e os Memorandos de Entendimento relacionados.
 - Estabelecer um calendário e garantir a conformidade das empresas de modo a concluir todas as melhorias na infra-estrutura necessárias em Cateme, 25 de Setembro e Mwaladzi, incluindo no que diz respeito à habitação, saúde, estradas, transporte, mercados, electricidade e água para consumo, uso doméstico e uso agrícola.
- Implementar estratégias para o desenvolvimento de actividades geradoras de rendimentos alternativos, em estreita consulta com as comunidades reassentadas, através de:
 - Garantir a igualdade de oportunidades para homens e mulheres durante o recrutamento e capacitação para as oportunidades de emprego, incluindo os gerados pela mineração de carvão e empresas afiliadas;
 - Identificar e fornecer assistência adicional para os indivíduos particularmente vulneráveis, incluindo os idosos, pessoas com deficiência e agregados familiares chefiados por mulheres; e
 - Incluir cláusulas nos contractos de projectos e planos de acção de reassentamento dirigidos às comunidades locais nas cadeias de abastecimento de negócios, como o abastecimento de alimentos.
- Garantir a distribuição regular da assistência alimentar e outras formas de apoio para garantir que as comunidades reassentadas são capazes de satisfazer as suas necessidades imediatas até que as condições para a auto-suficiência sejam restauradas.
- Garantir o fornecimento de compensação pelos atrasos e insuficiências relativos ao estabelecimento de condições adequadas nos locais de reassentamento que levaram a violações dos direitos das pessoas reassentadas, incluindo, mas não limitados a:
 - Proporcionar uma compensação adequada às 83 famílias em Cateme que não tiveram acesso a uma par-

cela adequada de terra desde que foram reassentados devido ao facto do primeiro hectare fornecido ter características muito rochosas ou ter sido recuperado pelos usuários originais da terra.

O governo de Moçambique, incluindo o Ministério dos Recursos Minerais, o Ministério da Coordenação da Acção Ambiental, e as autoridades locais e provinciais relevantes, devem rever e, se necessário, parar, o processo de atribuição de licenças de prospecção e concessões de mineração para assegurar que existem locais apropriados para reassentamento disponíveis quando necessário e para permitirem o planeamento de impactos cumulativos sociais, económicos e ambientais.

O governo de Moçambique deve rever o decreto de reassentamento de Agosto de 2012 através de um processo de consulta vasto com todas as partes interessadas, incluindo o público, as empresas, os doadores, académicos e sociedade civil. O decreto revisto deve:

- Incluir o princípio de que o reassentamento deve ser evitado quando possível, só depois de explorar todas as outras alternativas possíveis, e deve-se minimizar o seu âmbito e impacto quando se proceder com este processo.
- Garantir um processo regular, amplo e significativo de consulta pública e participação durante todas as fases do reassentamento, nomeadamente através de:
 - Consulta significativa nas fases de concepção, implementação e pós-deslocação ligadas ao reassentamento;
 - O consentimento pleno, prévio e informado dos indivíduos afectados em relação ao local para onde serão deslocados;
 - Análise de planos alternativos propostos pelas pessoas e comunidades afectadas;
 - Fornecimento de alternativas viáveis para que as comunidades afectadas possam fazer escolhas reais que sejam do seu melhor interesse, em vez de terem de aceitar um pacote de compensação padrão;
 - A participação não deve ser restrita a audiências públicas, mas deve ser feita em conjunto com outras formas de diálogo, incluindo consultas individuais e em pequenos grupos;
 - Estabelecimento de canais acessíveis para fornecer feedback fora do âmbito das consultas previstas, e
 - Estabelecimento de medidas dedicadas que facilitem a participação de grupos que irão possivelmente enfrentar os impactos específicos ou que sejam marginalizados, tais como mulheres, crianças, idosos, pessoas com deficiência e minorias.
- Elaborar directrizes claras para restabelecer e melhorar o nível de vida da população reassentada, com a mínima perturbação possível, incluindo meios de subsistência e acesso a serviços de saúde e educação. Estas orientações devem assegurar que:
 - As populações afectadas têm o direito de receber qualquer compensação financeira que tenha sido prometida antes do reassentamento;
 - Compensações – que incluem os meios de subsistência e infra-estrutura prometida como habitação, escolas, postos de saúde e estradas - devem ser estabelecidas antes da deslocação de modo a minimizar perturbações no nível de vida da população reassentada;

- Os pacotes de compensação contribuem para a realização progressiva da disponibilidade, acessibilidade, acessibilidade financeira e física e qualidade dos cuidados de saúde, habitação e educação;
 - Reassentamento que envolve a alocação de terras agrícolas que atendem aos requisitos mínimos para o tipo e qualidade de terra de substituição, o acesso ao abastecimento de água, fornecimento de assistência técnica para as comunidades de modo a tornar possível a sua adaptação ou à mudança nos seus meios de subsistência, e consideração da ciclos agrícolas no calendário do reassentamento;
 - Pacotes de compensação que abordem os meios e actividades como hortas caseiras, transporte e acesso aos mercados principais; e
 - As normas relativas à habitação devem permitir a expressão da identidade, práticas e diversidade cultural,
 - Levantamentos feitos aos beneficiários registados e as suas compensações devem ser actualizados antes do reassentamento de modo a acomodar casamentos recentes, separações, nascimentos e mortes.
- **Fornecer mecanismos acessíveis de obtenção de soluções para as reclamações e injustiças**
 - Estabelecer canais acessíveis e mecanismos para as várias partes interessadas para fazer reclamações ou resolver litígios relacionados com o processo de reassentamento, e para receber respostas às suas reclamações;
 - Realizar campanhas de sensibilização junto das comunidades a serem reassentadas para informá-los dos seus direitos legais relativos a todo o processo;
 - Garantir que os canais existentes para a obtenção de soluções para as reclamações através do sistema de justiça de Moçambique estão disponíveis para as partes afectadas pelo reassentamento; e
 - Obrigar as empresas a estabelecer mecanismos de reclamações eficazes para que as pessoas afectadas pelos projectos de mineração possam queixar-se directamente às empresas, para além do governo.
 - **Realizar monitorização robusta, incluindo inspecções, para garantir a implementação do decreto e prestação de contas.**

O governo de Moçambique, incluindo os Ministérios das Finanças, dos Recursos Minerais, da Coordenação da Acção Ambiental, do Planeamento e Desenvolvimento e da Agricultura, devem reforçar as medidas de governancia, transparência e respeito aos direitos humanos na gestão do boom de investimentos em larga escala e aos planos de desenvolvimento económico associados.

- **As entidades governamentais competentes, a níveis provinciais, locais e centrais, devem avaliar e monitorar os impactos *cumulativos* económicos, ambientais, nos direitos e de desenvolvimento mineração, gás natural, agricultura e outros investimentos de grande porte.**
 - O Ministério dos Recursos Minerais deve coordenar com outros sectores governamentais apropriados, incluindo a nível provincial e local, o número, velocidade e escala de concessões de carvão a serem concedidos, na província de Tete para minimizar os impactos sobre as comunidades locais, incluindo os impactos ambientais nocivos, reassentamentos involuntários, diminuição da disponibilidade de terras apropriadas para as populações reassentadas e o bom funcionamento da infra-estrutura geral e dos serviços sociais.
- **O governo de Moçambique deve melhorar a sua regulamentação e acompanhamento dos investimentos de grande escala e impor sanções no caso de violação, através de:**
 - Adopção das revisões propostas para a lei de mineração de 2002, que exige a publicação de contractos,

prazos pelos quais os investidores devem começar as operações de mineração na aquisição de uma licença e aderência a regulamentações ligadas aos impactos ambientais e sociais;

- Desenvolverem, por meio de um processo de consulta ampla e adopção de uma política de responsabilidade social empresarial na indústria de extractivos que atende às normas internacionais de direitos humanos estabelecidos no Quadro de Referência “Proteger, Respeitar e Remediar”;
 - Aumentar o recrutamento e retenção de pessoal do Ministério da Coordenação da Acção Ambiental para analisar as avaliações de impacto ambiental (inclusivé planos de acção de reassentamento), relatórios de monitorização de conformidade e as equipas de inspecção de forma a verificar que as empresas estão a aderir plenamente com os seus compromissos, e
 - Participar em parcerias e intercâmbios informativos com outros governos e instituições com experiência relevante no sentido de garantir salvaguardas de direitos humanos na gestão de booms dos recursos naturais, incluindo instituições capazes de fornecer monitorização independente.
- O governo de Moçambique deve proteger os direitos à informação, à liberdade de expressão e participação da comunidade, e melhorar a transparência, através de:
 - Pôr fim a quaisquer medidas que interferem com o direito das comunidades reassentadas à liberdade de expressão, de reunião e acesso à informação, inclusivé acabando com exigências burocráticas para as ONG, jornalistas, agências da ONU e outros, para a obtenção de “credenciais” antes de falar com líderes da aldeia na província de Tete;
 - Proteger a liberdade de expressão, incluindo opiniões críticas e declarações públicas sobre projectos de desenvolvimento económico e sua execução, bem como o direito ao protesto pacífico, e
 - Incluir representantes da sociedade civil e das comunidades afectadas em comissões provinciais de reassentamento;
 - Fornecer informação ao público sobre o papel e as funções da comissão provincial de reassentamento;
 - Assegurar o acesso público amplo a informação regular e atempada que rastreia o uso de fluxos de receitas das indústrias extractivas;
 - Obrigar as empresas que elaboram estudos de impacto ambiental, relatórios de monitorização ambiental e planos de reassentamento a garantir que estes documentos são acessíveis e disponíveis ao público, a incluir o fornecimento de pequenos resumos em linguagem não técnica, a traduzir os sumários e os relatórios completos para as línguas locais, a publicar estes documentos na internet e a providenciar cópias em prédios públicos como escolas locais nas comunidades directamente afectadas.

PARA A VALE E PARA A RIO TINTO

A Vale e a Rio Tinto devem trabalhar com as comunidades reassentadas e representantes apropriados do governo de Moçambique, incluindo o governador da província de Tete, para proporcionar assistência imediata e medidas a longo prazo para remediar os impactos negativos nos direitos dos indivíduos reassentados. Estas incluem:

- Trabalhar para garantir que cada agregado familiar em Cateme e Mwaladzi tem terra desmatada, de fertilidade adequada e de qualidade para o cultivo das suas culturas básicas, nomeadamente:
 - Trabalhar com o governo moçambicano de forma proactiva e como uma questão de alta prioridade para substituir todas as parcelas de terra actualmente alocadas com baixo valor agrícola por parcelas mais adequadas;

- Trabalhar com o governo de Moçambique para alocar um segundo hectare de terra agrícola que foi prometido aos residentes de Cateme como parte do seu pacote de compensação.
 - Quando existir a necessidade de compensação financeira, este processo deve ser feito de forma a promover a capacidade produtiva e de auto-suficiência económica, como por exemplo através de um processo de indemnização assistida em que a Vale e o governo distrital possam ajudar as pessoas reassentadas a identificar e adquirir um terreno adequado ou a investir em outros activos produtivos.
 - Priorizar a conclusão dos projectos ligados à água sustentável e irrigação para melhorar a fertilidade da terra nos locais de reassentamento; e
 - Continuar a fornecer assistência técnica para melhorar a produtividade agrícola.
- **A Vale e a Rio Tinto devem trabalhar com as comunidades reassentadas para desenvolver um plano de acção claro de modo a proporcionar assistência imediata e medidas a longo prazo para remediar os impactos negativos nos direitos dos indivíduos reassentados.**
 - Fornecer uma compensação atempada e adequada para os atrasos e deficiências na criação de condições adequadas nos locais de reassentamento que levaram a violações dos direitos das pessoas reassentadas.
 - Fornecer uma compensação oportuna e apropriada para as 83 famílias em Cateme que não tiveram acesso a um terreno adequado da terra desde o reassentamento, porque o primeiro hectare fornecido era muito rochoso ou foi recuperado pelos usuários originais da terra.
 - Distribuir uma assistência alimentar regular e outras formas de apoio para que as comunidades reassentadas sejam capazes de satisfazer as suas necessidades imediatas até que as condições para a auto-suficiência sejam restauradas.
 - Fazer levantamentos com base nos principais indicadores de qualidade de vida dos agregados familiares reassentados para estabelecer o ponto até ao qual estes agregados aproveitam os direitos sociais e económicos básicos até estes terem sido restituídos ao seu mínimo de acordo com as directrizes do decreto de reassentamento, os níveis de pré-reassentamento, as metas delineadas no planos de acção de reassentamento e tornar estes resultados disponíveis ao público.
 - Garantir a igualdade de oportunidades entre os homens e mulheres durante o recrutamento e capacitação para garantir a igualdade nas oportunidades de emprego, incluindo aqueles gerados pela mineração de carvão e empresas afiliadas.
 - Identificar e proporcionar assistência adicional aos indivíduos que têm mais dificuldade em restabelecer o seu antigo padrão de vida, incluindo os idosos, pessoas com deficiências e agregados familiares chefiados por mulheres.
 - Completar os reparos necessários em todas as casas atempadamente. Manter os agregados familiares reassentados informados sobre o calendário de reparos e capacitá-los em manutenção e conservação.

A TODOS OS INVESTIDORES, INCLUINDO A VALE, A RIO TINTO E A JINDAL STEEL AND POWER LIMITED

- Garantir que reassentamentos futuros estarão em conformidade com as normas internacionais de direitos humanos na sua concepção, implementação e acompanhamento.
- Melhorar o acesso do público à informação e transparência por:
 - Fortalecimento dos canais de comunicação com a sociedade civil local e nacional e com os membros da comunidade afectada pelo reassentamento; e

- Preparação de documentos mais acessíveis, tais como avaliações ambientais, relatórios periódicos de monitorização ambiental, planos de acção de reassentamento e actualizações sobre a implementação, incluindo o fornecimento de pequenos resumos em linguagem não técnica, a traduzir os sumários e os relatórios completos para as línguas locais, a publicar estes documentos na internet e a providenciar cópias em prédios públicos como escolas locais nas comunidades directamente afectadas.
- Estabelecer mecanismos de reclamações eficazes para que as pessoas afectadas pelos projectos de mineração possam queixar-se directamente às empresas, para além do governo.
- Apoiar os esforços para melhorar a gestão dos impactos individuais e cumulativos de projectos de desenvolvimento económico e de exploração dos recursos naturais de Moçambique.
- Apoiar a investigação sobre impactos cumulativos, a longo prazo e sobre os direitos económicos, sociais, ambientais e humanos.

PARA OS GOVERNOS DO BRASIL, ÍNDIA, AUSTRÁLIA, REINO UNIDO E OUTROS GOVERNOS DE PAÍSES COM EMPRESAS DE MINERAÇÃO QUE OPERAM EM MOÇAMBIQUE

Tomar medidas para regular e monitorar a conduta dos direitos humanos de empresas nacionais que operam no exterior e passar a exigir que as empresas realizem e relatem publicamente informação relativa à actividade de devida diligência em relação aos direitos humanos.

PARA O GRUPO DE DOADORES G19, INCLUINDO O BANCO MUNDIAL

Apoiar o aumento da capacidade do governo aos níveis central, provincial e distrital para gerir o crescimento nas indústrias extractivas, através de:

- Expandir a pesquisa e o diálogo público relativo à gestão do boom de recursos naturais para atingir as metas de desenvolvimento económico e social.
 - Considerar a criação de uma conferência anual que reúne representantes do governo de Moçambique, representantes de indústrias extractivas, académicos, membros das comunidades afectadas, activistas da sociedade civil, doadores e outras partes interessadas a aprender com os esforços em curso e incorporar as lições no planeamento futuro e monitorização.
 - Criar espaços de diálogo tripartido permanente em torno dos processos de reassentamento, a nível provincial, incluindo as empresas, a sociedade civil, membros da comunidade reassentada e autoridades provinciais e distritais relevantes.
- Desenvolvimento da capacidade de direcções provinciais e administração local
 - Isto inclui a capacitação e apoio para a implementação de leis de uso da terra, monitorização do meio ambiente, planeamento integrado e gestão de reassentamentos.
- Financiamento de bolsas de estudos, capacitação e intercâmbios internacionais para os activistas da sociedade civil, jornalistas, académicos e funcionários do governo para desenvolver a capacidade de negociar e monitorar mega-projectos.

Envolver-se num diálogo político com o governo sobre o impacto do sector extractivo no desenvolvimento e nos direitos humanos, nomeadamente através do desenvolvimento de indicadores relevantes para serem avaliados durante a revisão anual dos doadores.

Apoiar o aumento da transparência e acessibilidade de informações sobre o sector de extractivos para as comunidades directamente afectadas, sociedade civil, o público em geral, e a mídia.

- Estabelecer uma revisão anual de transparência no sector extractivo, incluindo indicadores como a publicação de contratos, planos de reassentamento, avaliações ambientais, a repartição dos fluxos de receitas e memorandos de entendimento, bem como a divulgação das leis e políticas e informações sobre direitos.
- Criar um documento publicamente disponível e de fácil acesso que demonstra o mapeamento dos valores de financiamento dos doadores com principal enfoque no sector extractivo, nos tipos de projectos e nos seus resultados.

Fornecer apoio técnico e financeiro às instituições da sociedade civil para fortalecer a sua coordenação e acompanhamento do sector privado no cumprimento das suas obrigações de modo a proteger o governo e a respeitar os direitos humanos, através do:

- Apoio à sociedade civil no que respeita ao trabalho com as comunidades para que estas possam obter a delimitação das suas terras antes do reassentamento de modo a esclarecer os seus direitos à terra.
- Apoio à sociedade civil no que respeita ao trabalho com as comunidades reassentadas em todas as fases de reassentamento, incluindo estágios iniciais para garantir o conhecimento dos seus direitos legais e ainda durante e após o deslocamento de modo a melhorar o acesso aos mecanismos de reclamações.
- Apoiar a capacidade da sociedade civil para realizar pesquisas e relatar sobre a adesão do governo e de empresas de mineração às obrigações ligadas aos direitos humanos.

Melhorar as políticas nacionais de reassentamento para atender aos padrões internacionais de direitos humanos e garantir que todas as actividades financiadas pelos membros do Grupo de Doadores G19, incluindo o Banco Mundial têm de cumprimento com essas normas.

PARA O FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL

Estabelecer, em coordenação com outros doadores, uma revisão anual da transparência do sector extractivo, incluindo indicadores como a publicação de contratos, planos de reassentamento, avaliações ambientais, a repartição dos fluxos de receitas e memorandos de entendimento, bem como a divulgação das leis e políticas e informações sobre direitos.



A onda de investimento estrangeiro nos vastos recursos naturais de Moçambique promete criar novas riquezas financeiras para um país que foi durante muito tempo classificado como um dos países mais pobres do mundo. Mas a velocidade do governo na aprovação de projectos ultrapassou o desenvolvimento de salvaguardas adequadas no país para proteger os direitos das populações afectadas.

Na Província de Tete, conhecida pelo seu potencial rico em carvão, as comunidades locais foram deslocadas e reassentadas de 2009-2011 devido às operações ligadas ao carvão pelas empresas Vale e Rio Tinto e estas têm enfrentado distúrbios significativos e persistentes ligados ao acesso a alimentos, água e trabalho. Muitos dos agregados familiares praticantes de agricultura que anteriormente viviam ao longo do rio, podiam andar até aos mercados na capital do distrito de Moatize e estas consideravam-se auto-suficientes. Estas vivem cerca de 40 km de distância, em terras agrícolas de qualidade profundamente desigual, fornecimento não fiável de água e acesso reduzido às principais fontes de rendimento não-agrícola. Muitos dos agregados familiares reassentados sofreram períodos de insegurança alimentar, ou quando possível, de dependência em relação à ajuda alimentar financiada pelas empresas responsáveis pelo reassentamento.

Neste contexto, houve falta de comunicação entre o governo e as empresas de mineração com as comunidades reassentadas. Houve também falta de mecanismos acessíveis e de resposta relativos à participação na tomada de decisão, expressão das queixas por parte das comunidades, e obtenção de soluções para as reclamações.

O Governo Moçambicano é obrigado a proteger os direitos humanos, que incluem a alimentação, água, trabalho, habitação e saúde. As empresas privadas são obrigadas a respeitar estes direitos, inclusive por meio de *due diligence* para prevenir violações de direitos humanos que sejam resultantes das suas operações e no caso de ocorrência dos mesmos, estes devem ser mitigados.

O governo tem vindo a instituir um quadro regulamentar mais abrangente. A Vale e a Rio Tinto assumiram compromissos públicos e privados para melhorar o padrão de vida das comunidades reassentadas. Apesar destas medidas, as comunidades reassentadas ainda continuam à espera da sua prometida remuneração e melhorias-chave a nível de infra-estrutura.

Os projectos da Vale e da Rio Tinto, na província de Tete, são apenas os primeiros de muitos grandes projectos e reassentamentos que irão ocorrer em Moçambique ao longo das próximas décadas, tornando as lições identificadas neste relatório de importância vital para os direitos e o bem-estar de muitas comunidades de Moçambique que prossigam com este processo.

(Contra Capa) A terra fornecida a Senolia S., depois de ter sido reassentada em Cateme, foi recuperada pelas pessoas que cultivavam naquela área originalmente. Senolia não recebeu nenhuma terra em substituição e conseguiu com esforço obter dinheiro suficiente para alugar um lote de terra rochoso e não lavrado.

© 2012 Samer Muscati/Human Rights Watch

(Capa) Mulheres agricultoras que foram reassentadas para Mwaladzi receberam terra com pouco acesso à água e de produtividade limitada. O pacote de compensação também incluiu uma nova casa. “A terra agrícola que recebemos é vermelha e não preto como tínhamos antes. Tentei cultivar milho e morreu. A mapira também falhou Eu não estou assim tão satisfeita. O que eu posso dizer é, o que é uma casa sem comida? Eu não posso comer a minha casa”, disse Maria C. (à esquerda).

© 2012 Samer Muscati/Human Rights Watch